

O SUCATEAMENTO DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO

2021



SINDICATO DOS DELEGADOS DE
POLÍCIA DO ESTADO DE SÃO PAULO

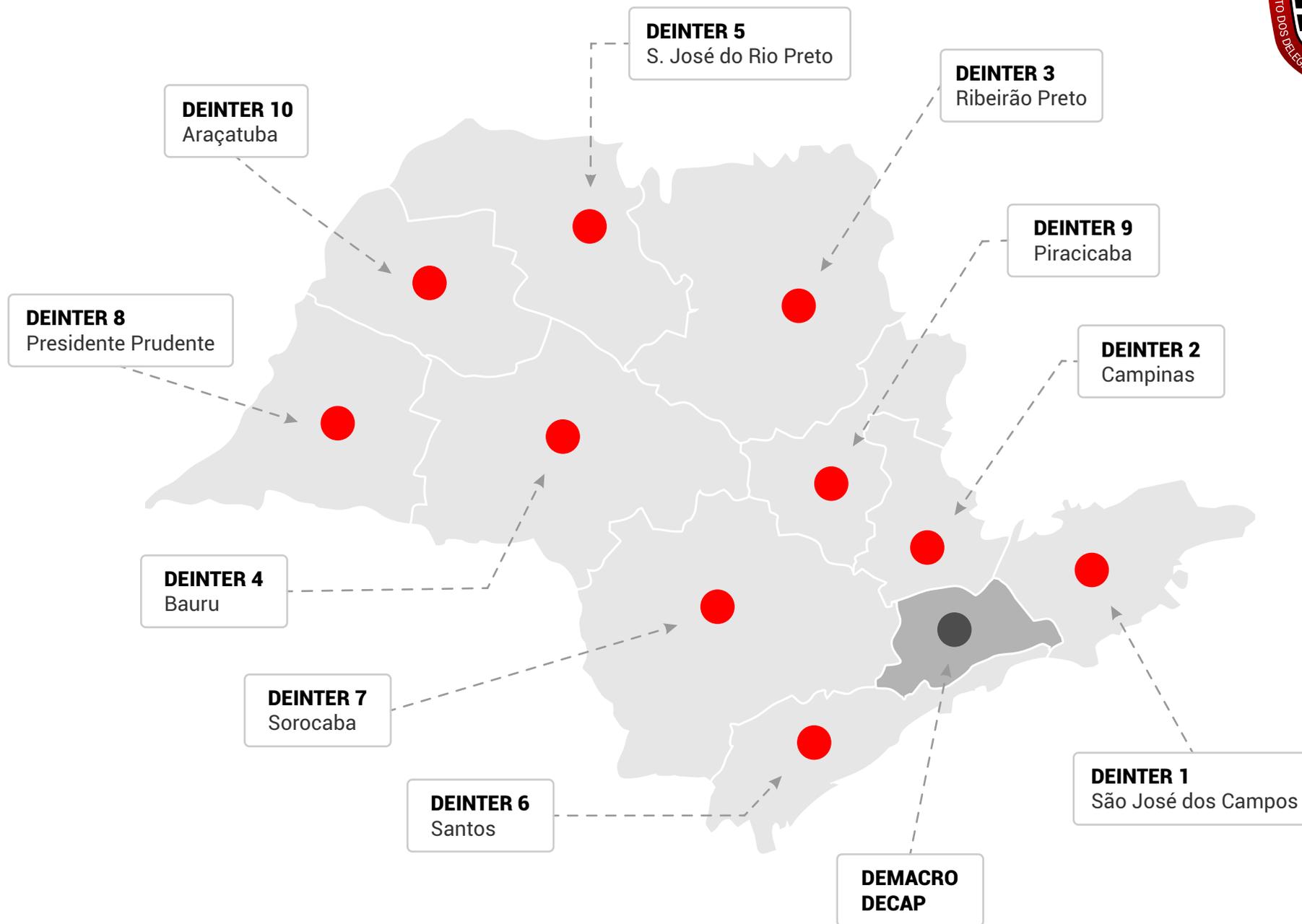


SINDPESP NOS DEINTERS

Juntos Somos Fortes!

Policial Civil merece respeito,
salário justo e reconhecimento







SÃO PAULO TEM O PIOR SALÁRIO DO BRASIL



O Sindicato dos Delegados de Polícia do Estado de São Paulo (Sindpesp) elabora anualmente um ranking salarial nacional, comparando as remunerações pagas aos delegados, investigadores e escrivães de todos os estados brasileiros (<http://www.sindpesp.org.br/salarios.asp>). No final de 2021, pelo segundo ano consecutivo, os delegados paulistas recebiam o pior salário do Brasil, de R\$ 10.382,48, situação mantida no início de 2022.

Como comparação, Mato Grosso paga R\$ 24.940,13 aos delegados de polícia.

Apesar de ser o estado mais rico da federação, com larga vantagem financeira sobre os demais, São Paulo, em uma decisão política do governador, paga os menores salários aos delegados. Escrivães e investigadores também estão nas últimas posições do ranking.

Desde o começo do governo Doria, a Polícia Civil recebeu somente um reajuste, de 5%, anunciado no final de 2019 e válido a partir de janeiro de 2020. No mesmo período, a inflação acumulada superou 19%. O orçamento do Estado em 2022 é de R\$ 286 bilhões.

**Orçamento da Segurança Pública em 2022
é de R\$23,5 bilhões, 10% acima de 2021**

Ranking Salarial da Polícia Civil nos estados brasileiros



RANKING SALARIAL Delegados de Polícia



A PESQUISA FOI REALIZADA PELO SINDPESP COM INFORMAÇÕES CONFIRMADAS COM AS SECRETARIAS DE SEGURANÇA PÚBLICA DOS ESTADOS.

1	Mato Grosso	R\$ 24.940,13
2	Alagoas	R\$ 21.890,53
3	Goiás	R\$ 21.615,12
4	Amazonas	R\$ 21.283,89
5	Rio Grande do Sul	R\$ 20.353,06
6	Pernambuco	R\$ 19.793,57*
7	Piauí	R\$ 19.773,97
8	Pará	R\$ 19.324,19
9	Maranhão	R\$ 18.957,64
10	Santa Catarina	R\$ 18.866,40
11	Rio de Janeiro	R\$ 18.477,70
12	Roraima	R\$ 18.387,41
13	Paraná	R\$ 18.280,05
14	Distrito Federal	R\$ 18.177,32
15	Mato Grosso do Sul	R\$ 17.014,18
16	Rio Grande do Norte	R\$ 16.670,59
17	Ceará	R\$ 16.319,60
18	Acre	R\$ 15.378,00
19	Tocantins	R\$ 15.116,62
20	Rondônia	R\$ 14.267,80
21	Amapá	R\$ 13.651,85
22	Minas Gerais	R\$ 12.967,43
23	Paraíba	R\$ 12.769,80
24	Bahia	R\$ 11.608,71
25	Espírito Santo	R\$ 11.260,12
26	Sergipe	R\$ 11.000,00
27	São Paulo	R\$ 10.382,48

*Início da carreira é como delegado substituto com salário de R\$9.068,81 após 3 anos passa automaticamente para R\$19.793,57

RANKING SALARIAL Investigador



A PESQUISA FOI REALIZADA PELO SINDPESP COM INFORMAÇÕES CONFIRMADAS COM AS SECRETARIAS DE SEGURANÇA PÚBLICA DOS ESTADOS.

1	Amazonas	R\$ 12.948,78
2	Distrito Federal	R\$ 9.394,68
3	Pará	R\$ 8.079,49
4	Piauí	R\$ 6.920,88
5	Rio Grande do Sul	R\$ 6.366,80
6	Tocantins	R\$ 5.843,86
7	Rio de Janeiro	R\$ 5.840,37
8	Goiás	R\$ 5.767,18
9	Espírito Santo	R\$ 5.713,52
10	Mato Grosso	R\$ 5.657,47
11	Paraná	R\$ 5.588,05
12	Rondônia	R\$ 5.083,08
13	Acre	R\$ 5.000,00
14	Amapá	R\$ 4.975,04
15	Maranhão	R\$ 4.957,20
16	Rio Grande do Norte	R\$ 4.777,00
17	Minas Gerais	R\$ 4.631,23
18	Santa Catarina	R\$ 4.581,90
19	Roraima	R\$ 4.552,75
20	Mato Grosso do Sul	R\$ 4.527,80
21	Sergipe	R\$ 4.500,00
22	Paraíba	R\$ 4.271,73
23	Alagoas	R\$ 3.971,76
24	Bahia	R\$ 3.969,56
25	São Paulo	R\$ 3.931,18
26	Pernambuco	R\$ 3.900,00
27	Ceará	R\$ 3.807,52

RANKING SALARIAL Escrivão



A PESQUISA FOI REALIZADA PELO SINDPESP COM INFORMAÇÕES CONFIRMADAS COM AS SECRETARIAS DE SEGURANÇA PÚBLICA DOS ESTADOS.

1	Amazonas	R\$ 12.948,78
2	Distrito Federal	R\$ 9.394,68
3	Pará	R\$ 7.729,65
4	Piauí	R\$ 6.920,00
5	Rio Grande do Sul	R\$ 6.366,80
6	Santa Catarina	R\$ 6.314,70
7	Tocantins	R\$ 5.843,86
8	Rio de Janeiro	R\$ 5.840,37
9	Goiás	R\$ 5.767,18
10	Paraná	R\$ 5.752,41
11	Espírito Santo	R\$ 5.713,52
12	Mato Grosso	R\$ 5.657,74
13	Rondônia	R\$ 5.083,08
14	Acre	R\$ 5.000,00
15	Amapá	R\$ 4.975,04
16	Maranhão	R\$ 4.957,20
17	Rio Grande do Norte	R\$ 4.777,00
18	Minas Gerais	R\$ 4.631,23
19	Roraima	R\$ 4.552,75
20	Mato Grosso do Sul	R\$ 4.527,80
21	Sergipe	R\$ 4.500,00
22	Paraíba	R\$ 4.271,73
23	Alagoas	R\$ 3.971,76
24	Bahia	R\$ 3.969,56
25	São Paulo	R\$ 3.931,18
26	Pernambuco	R\$ 3.900,00
27	Ceará	R\$ 3.732,86



os baixos salários, hoje, são a principal reivindicação dos policiais civis.

No último trimestre de 2021, o Sindpesp visitou algumas das principais regiões do interior paulista para ouvir dos delegados de polícia do interior suas necessidades mais urgentes. Com base nos dados colhidos por meio do ranking, não foi surpresa ouvir dos delegados que, em meio a grandes questões como déficit de policiais e sucateamento da estrutura da Polícia Civil, os baixos salários, hoje, são a principal reivindicação dos policiais civis.

Participaram das visitas a presidente do Sindpesp, Raquel Kobashi Gallinati, diretores e membros do corpo jurídico da entidade. Em todas as visitas, a imprensa regional deu destaque para as dificuldades enfrentadas pelos policiais civis.

Em um cenário insustentável para os policiais civis paulistas, este relatório mostra a realidade da Polícia Civil de São Paulo. Mais uma vez, o Sindpesp alerta o Governo do Estado para a necessidade urgente de reposição salarial aos policiais. A baixa remuneração, incompatível com as responsabilidades e os riscos da atividade policial, é, hoje, o principal problema da instituição.



FALTA DE ESTRUTURA DAS DELEGACIAS DO ESTADO É ESTARRECEDORA

Foi comum encontrar delegacias no interior funcionando sem delegado fixo, situação verificada em 300 dos 645 municípios paulistas, segundo dados informados pela Secretaria de Segurança Pública, por meio do Serviço de Informações ao Cidadão.

Em outras delegacias, funções exclusivas dos policiais civis são exercidas por estagiários cedidos pelas prefeituras. Sem eles, os distritos fechariam as portas.

O Sindpesp cobra judicialmente a realização de concurso e nomeação de policiais para completar os quadros da instituição. A ação encontra-se no Supremo Tribunal Federal (STF).

O cenário estarrecido se completa com a falta de infraestrutura da Polícia Civil por todo o Estado. Policiais trabalhando em imóveis interditados judicialmente por falta de segurança, prédios de distritos abandonados, viaturas apodrecendo no meio da rua foram situações flagradas e documentadas em imagens pelo Sindpesp.

Este relatório documenta as reivindicações de centenas de policiais civis ouvidos em todo o Estado, para que o governador conheça as realidades regionais e possa garantir a estrutura necessária para que a Polícia Civil cumpra seu papel constitucional de proteger a população paulista.



BAIXA REMUNERAÇÃO = INSTITUIÇÃO DESPRESTIGIADA

A questão salarial e a morosidade de realização de novos concursos para preenchimento de vagas comprometem, inclusive, a imagem da instituição junto à sociedade. Isso ficou evidente em janeiro, quando o Estado convocou 391 policiais aprovados em concurso para serem empossados. Aprovados no concurso em 2017, eles aguardaram cinco anos pela nomeação.

Como resultado, 44% dos chamados não compareceram à posse, desestimulados pelo baixo salário, visto que muitos deles acabaram empossados em outros estados, com melhor remuneração. Enquanto os salários não forem condizentes com as responsabilidades da carreira, os aprovados nos futuros concursos vão continuar optando por ingressar nas polícias de outros estados, situação que agravará o déficit da instituição.

Importante ressaltar que a autorização da atividade delegada para os policiais civis, recentemente implementada pelo Estado, não reduz a necessidade de reposição salarial. O Sindpesp não concorda que para poder ter uma remuneração justa, o policial tenha que renunciar ao valioso convívio familiar para trabalhar em seu período de descanso como forma de complementação de renda.

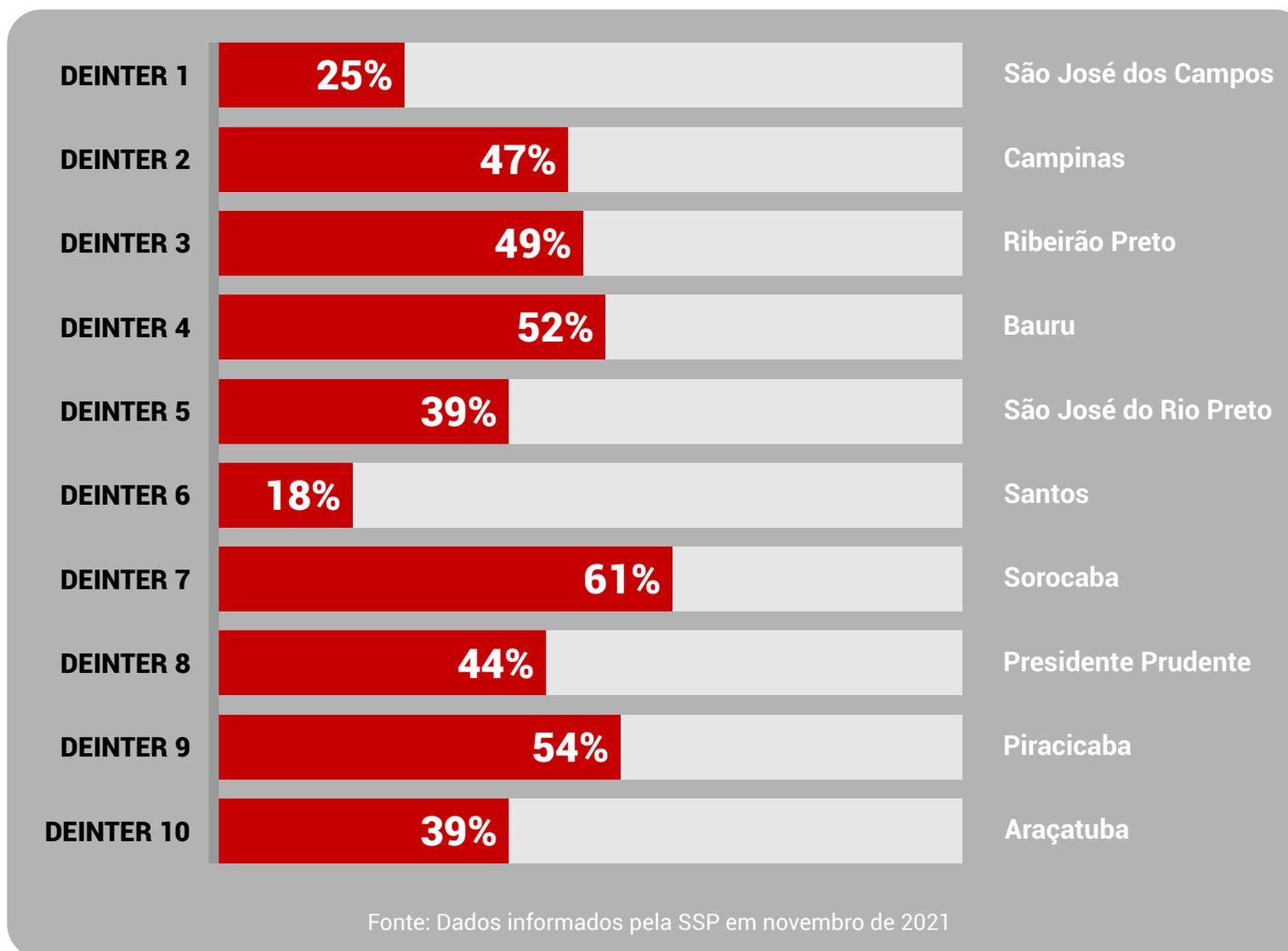
Dentro da Polícia Civil, o policial já é sobrecarregado com uma carga desumana de trabalho, resultado do déficit de recursos humanos que chegou a 15.291 cargos vagos em 31 de dezembro de 2021, de um total de 41.912 previstos por lei (<http://www.sindpesp.org.br/defasometro.asp>).

Esse número representa o insustentável índice de 36,38% de vagas abertas, o maior de toda a história, o que faz com que os delegados de todo o Estado tenham que pedir socorro às prefeituras dos municípios para manter os distritos policiais ativos.

Ranking da Defasagem da Polícia Civil no Estado de São Paulo

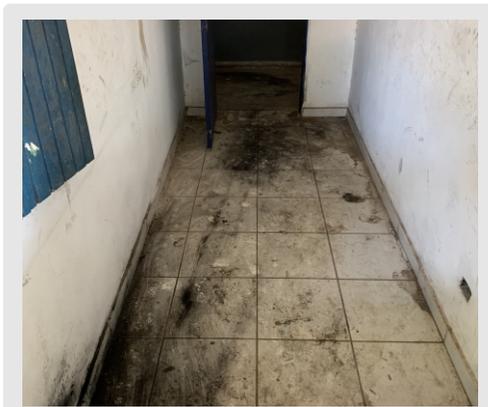


■ Cargos vagos





RAIO-X da falta de estrutura das Delegacias do Estado de São Paulo



SINDPESP NA MÍDIA

Imprensa regional destaca visita aos Deinters



Jornal Vanguarda da TV afiliada da Rede Globo - sobre o déficit de policiais civis na região do Vale do Paraíba



O jornal Band Cidade entrevistou a presidente do Sindpesp, Raquel Gallinati, sobre o déficit de policiais civis na região de Presidente Prudente



O programa Balanço Geral da Record TV entrevistou a presidente do Sindpesp, Raquel Gallinati, nesta sexta-feira (12) sobre o déficit de policiais civis na região de Rio Preto.



O programa Café da Manhã da TV Cultura Litoral - sobre o desmonte da Polícia Civil paulista e os impactos na segurança pública.



TV Fronteira afiliada da Rede Globo, veiculou o levantamento do Sindpesp que aponta o déficit de 43% policiais civis na região de Presidente Prudente.



O programa Vale Urgente da emissora Band Vale - sobre os problemas do Deinter 1, na região de São José dos Campos.

SINDPESP NA MÍDIA

Imprensa regional destaca visita aos Deinters



DIÁRIO

Delegados debatem situação da Polícia Civil na Baixada Santista nesta sexta (15)

O Sindicato dos Delegados de Polícia do Estado de São Paulo (Sindpesp) fará uma reunião na próxima sexta (15), às 14 horas, no Palácio da Polícia, em Santos, para discutir o descaço do Governo do Estado com a Polícia Civil na região da Baixada Santista.



"Algumas situações são comuns a todos os policiais, como os piores salários do Brasil pagos pelo governo de São Paulo, mas a Baixada enfrenta dificuldades a mais, porque a estrutura da Polícia Civil, que é precária em todo o estado, é ainda pior na região, basta ver a situação do próprio Palácio da Polícia", aponta Raquel Kobashi Gallinati, presidente do Sindpesp.

"Vamos ouvir os delegados e reunir propostas para apresentar um dossiê completo da situação da Polícia Civil de São Paulo e as necessidades características de cada região. O governo está promovendo um verdadeiro desmonte da polícia e a principal vítima é a população, que sofre sem segurança em seu dia a dia", completa Raquel.

Diário DE SUZANO

Déficit de profissionais nas delegacias atinge 37% e supera média estadual

Região conta com 322 cargos ocupados, quando o necessário previsto em lei seria 514

Delegacia de Polícia Civil em Suzano, SP. A situação é preocupante, com apenas 322 policiais em uma delegacia que deveria ter 514 profissionais, segundo o Sindicato dos Delegados de Polícia do Estado de São Paulo (Sindpesp).



Delegacia de Polícia Civil em Suzano, SP. A situação é preocupante, com apenas 322 policiais em uma delegacia que deveria ter 514 profissionais, segundo o Sindicato dos Delegados de Polícia do Estado de São Paulo (Sindpesp).

g1

Sindicato aponta déficit de 43% no número de policiais civis na Delegacia Seccional de Presidente Prudente

O Sindicato dos Delegados de Polícia do Estado de São Paulo (Sindpesp) informou nesta quinta-feira (18) que a Delegacia Seccional de Presidente Prudente (SP) deveria atuar com 407 policiais, mas conta com apenas 230, de acordo com os dados oficiais da Secretaria da Segurança Pública informados neste mês, por meio da Lei de Acesso à Informação (LAI).

O número representa somente 57% do total e fica abaixo do índice estadual, que é de 65%, segundo o sindicato.

A Seccional tem um déficit de 43% dos policiais civis previstos, taxa que fica acima da média estadual de 35%.



CORREIO POPULAR

Segurança

Déficit de policiais em seccionais supera a média estadual

Situação mais grave é a da 2ª Delegacia, que tem apenas 51% dos policiais previstos por lei



CBN Vale do Paraíba 750 AM

Seccional de Jacareí tem o maior déficit de policiais civis do Vale do Paraíba

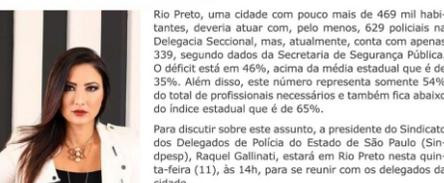
Nesta terça-feira (16), membros da diretoria e do Departamento Jurídico do Sindpesp (Sindicato dos Policiais do Estado de São Paulo), estiveram em São José dos Campos, em reunião com os delegados do Vale do Paraíba, para ouvir os principais problemas e propor soluções para a Polícia Civil.



Dados divulgados pela SSP (Secretaria de Segurança Pública) revelaram que as cidades da região possuem grande defasagem no número de policiais. A Delegacia Seccional de Jacareí tem o maior déficit do Deinter 1 (Departamento de Polícia Judiciária de São Paulo Interior), somente com 61% dos policiais civis previstos atuentes, ou seja, uma defasagem de 39% de agentes. Este déficit está acima da média estadual de 35%.

DHOJE

Delegados de Rio Preto se reúnem com presidente de sindicato para discutir sobre déficit da Polícia Civil



Rio Preto, uma cidade com pouco mais de 469 mil habitantes, deveria atuar com, pelo menos, 629 policiais na Delegacia Seccional, mas, atualmente, conta com apenas 339, segundo dados da Secretaria de Segurança Pública. O déficit está em 46%, acima da média estadual que é de 35%. Além disso, este número representa somente 54% do total de profissionais necessários e também fica abaixo do índice estadual que é de 65%.

Para discutir sobre este assunto, a presidente do Sindicato dos Delegados de Polícia do Estado de São Paulo (Sindpesp), Raquel Gallinati, estará em Rio Preto nesta quinta-feira (11), às 14h, para se reunir com os delegados da cidade.

"A situação é gravíssima, a população de Rio Preto está completamente desprotegida pela falta de investimentos do Governo do Estado na Polícia Civil. A falta de efetivo compromete o atendimento ao público e inviabiliza o trabalho investigativo", analisa a presidente Raquel Gallinati.

DIÁRIO DA REGIÃO

Policiais civis fazem reivindicação a sindicato



Os policiais civis da Delegacia Seccional de Presidente Prudente (SP) fizeram uma reivindicação ao Sindicato dos Delegados de Polícia do Estado de São Paulo (Sindpesp) por meio de uma carta aberta, na qual apontam o déficit de 43% no número de policiais civis previstos por lei.

A situação é preocupante, com apenas 230 policiais em uma delegacia que deveria ter 407 profissionais, segundo o Sindicato dos Delegados de Polícia do Estado de São Paulo (Sindpesp).

Para discutir sobre este assunto, a presidente do Sindicato dos Delegados de Polícia do Estado de São Paulo (Sindpesp), Raquel Gallinati, estará em Presidente Prudente nesta quinta-feira (18), às 14h, para se reunir com os delegados da cidade.

Jornal da Cidade

Polícia Civil de Baurur tem só 54,5% do efetivo previsto por lei, alerta sindicato



A situação é preocupante, com apenas 222 policiais em uma delegacia que deveria ter 407 profissionais, segundo o Sindicato dos Delegados de Polícia do Estado de São Paulo (Sindpesp).

Para discutir sobre este assunto, a presidente do Sindicato dos Delegados de Polícia do Estado de São Paulo (Sindpesp), Raquel Gallinati, estará em Baurur nesta quinta-feira (18), às 14h, para se reunir com os delegados da cidade.

"A situação é gravíssima, a população de Baurur está completamente desprotegida pela falta de investimentos do Governo do Estado na Polícia Civil. A falta de efetivo compromete o atendimento ao público e inviabiliza o trabalho investigativo", analisa a presidente Raquel Gallinati.



CONCLUSÃO

As visitas aos departamentos do interior confirmaram o processo de desmonte da Polícia Civil paulista, uma política cruel que se intensificou sob a gestão do governador João Doria.

Os problemas enfrentados diariamente pelos policiais civis estão escancarados em delegacias deterioradas, viaturas e equipamentos sucateados e uma desumana sobrecarga de trabalho, causada principalmente pela vacância de mais de 36% dos cargos previstos, resultando em equipes incompletas, excesso de plantões e acúmulo de funções.

Essa pressão insustentável sobre os policiais é coroada com os piores salários do Brasil. A questão financeira para a família policial civil é premente. Um reajuste salarial que ofereça dignidade ao policial e sua família é urgente.

A degradação da polícia civil interfere diretamente no serviço prestado pelos policiais civis, conseqüentemente, causa prejuízos à segurança pública, expondo a população à ação dos criminosos.

De positivo, temos a constatação de que, em todo o Estado, permanece inabalável o espírito inquebrantável do policial, que supera as dificuldades e, apesar da limitação de estrutura, oferece à população paulista a melhor Polícia Judiciárias da América Latina.

DIRETORIA



Presidente

1° Vice-Presidente

2° Vice-Presidente

Tesoureira Geral

1° Tesoureiro Geral

2° Tesoureiro Geral

Secretário Geral

1° Secretário Geral

2° Secretário Geral

Diretor Patrimonial

Diretora Administrativa

Presidente do Conselho Fiscal

1° Conselheiro Fiscal

2° Conselheira Fiscal

Suplente do Conselho Fiscal

Suplente do Conselho Fiscal

Delegada Sindical

Delegada Sindical

Suplente de Delegada Sindical

Suplente de Delegado Sindical

Dra. Raquel Kobashi Gallinati

Dr. José Vicente de A. Pires Barreto Fonseca

Dra. Jacqueline Valadares da Silva

Dra. Juliana Ribeiro

Dr. Emiliano da Silva Chaves Neto

Dr. Victor Daros Falcão

Dr. Alexandre Sampaio Zakir

Dr. Gilberto de Castro Ferreira

Dr. Fernando Cesar de Souza

Dr. Bruno Guilherme de Jesus

Dra. Daniela Attab Del Nero

Dr. Renato Pupo de Paula

Dr. Antonio José Fernandes Vieira

Dra. Marina Campos Accurso

Dra. Thais Marafanti

Dr. Gabriel Caputo Junior

Dra. Denise Vichiato Polizelli

Dra. Dannyella Gomes Pinheiro de Barros Ferreira

Dra. Adriana de Sousa Pinto

Dr. José Claudio da Silva



SINDPESP.ORG.BR

Avenida Ipiranga, 919 - 17º andar, CJ 1707 - Centro, São Paulo - (11) 3225-1170



/sindpesp